



**Agência Portuguesa para o Ambiente**  
**Registo Português de Licenças de Emissão:**  
**Manual do utilizador**

**Fevereiro de 2008**  
**[www.echiron.com](http://www.echiron.com)**



Título:	RPLE: Manual do Utilizador		
Referência:	S-18888/Manual_utilizador_RPLE.doc		
Tipo:	Relatório		
Template:	Relatório		
Confidencialidade:	Público		
Páginas:	34		
Projecto:	IA_CR2007		
Data:	15-02-2008		
Autor:	Rodrigo Proença de Oliveira		
Revisto por:	N/A		
Aprovação n.º:	N/A		
Aprovado por:			
Distribuição:			
Versão:	2.0		
Versão	Data	Alterações	Revisto por
1.0	30/06/2007	N/A	N/A
2.0	02/2008	N/A	N/A

e-Chiron, Gestão de Aplicações de Software, SA  
Alameda Fernão Lopes, 16-10º  
1495 Algés  
[www.echiron.com](http://www.echiron.com)



# Índice

Índice.....	3
1 Enquadramento.....	5
2 O papel dos registos .....	7
3 Conceitos base .....	9
3.1 Registos, contas e unidades .....	9
3.1.1 Sistema de registos.....	9
3.1.2 Tipos de unidades .....	10
3.1.3 Codificação de unidades e blocos de unidades .....	11
3.1.4 Codificação de operações .....	12
3.1.5 Tipos de conta .....	12
3.1.6 Principais contas da parte .....	14
3.1.7 Estado das contas .....	15
3.2 Operadores, instalações e contas de depósito.....	15
3.2.1 Instalações .....	15
3.2.2 Contas de depósito e detentores de conta .....	16
3.2.3 Representantes do detentor de conta.....	17
3.3 Perfis de utilizador .....	17
3.4 Novos conceitos para o CP1 .....	17
3.4.1 <i>Commitment Period Reserve (CPR)</i> .....	17
3.4.2 Limites associados às operações de devolução, retirada e carry-over	18
3.4.3 Notificação .....	19
4 Funções disponíveis aos operadores.....	21
4.1 Interface do operador .....	21



4.2	Funções gerais.....	21
4.2.1	Logout.....	21
4.2.2	Alteração da palavra-passe .....	21
4.2.3	Consulta do saldo.....	22
4.2.4	Consulta de operações realizadas.....	23
4.2.5	Recibo da Operação.....	24
4.2.6	Transferências .....	24
4.2.7	Registo de emissões verificadas.....	25
4.2.8	Devolução .....	26
4.2.9	Anulação voluntária.....	27
4.3	Funções específicas do primeiro período de cumprimento (2008-2012) .....	27
4.3.1	Notificações tipo 1 (Anulação <i>net source</i> ).....	27
4.3.2	Notificações tipo 2 (Anulação de não cumprimento).....	28
4.3.3	Notificações tipo 4 (reversal of storage).....	28
4.3.4	Notificações tipo 5 (não submissão do relatório de certificação para projectos CDM) .....	28
4.3.5	Notificações tipo 6 (excesso de emissões).....	28
4.3.6	Notificações tipo 10 (actualização da notificação tipo 5) .....	28
5	Funções disponíveis aos detentores de contas de depósito pessoal.....	29
6	Síntese das datas chave .....	30
7	Contactos .....	31
8	Anexo: Legislação .....	33



# 1 Enquadramento

O Registo Português de Licenças de Emissão (RPLE) entrou em funcionamento em Novembro de 2005, tendo-se mantido em operação ininterrupta desde essa data, assegurando a participação das empresas portuguesas no comércio europeu de licenças de emissão e contribuindo para o cumprimento de todos os compromissos de Portugal decorrentes da Directiva 2003/87/CE e do regulamento (CE) 2216/2004.

A partir de Janeiro de 2008, o comércio de licenças de emissão extravasa as fronteiras europeias e é alargado aos países não europeus, signatários do Protocolo de Quioto (PQ). O regime do comércio de licenças de emissão passa a ser regulado pela Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC), pelo Protocolo de Quioto (PQ) e pelas decisões de sucessivas conferências das partes signatária da CQNUAC (COP's). Os Estados Membros europeus estão ainda obrigados a cumprir as determinações das directivas anteriores e ainda da Directiva *Linking* (2004/101/CE).

A lógica do Protocolo de Quioto é distinta da subjacente ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). A base do CELE é a instalação emissora de gases com efeito de estufa, devendo os seus operadores manter uma conta no registo nacional para poderem cumprir as suas obrigações e aproveitar os benefícios proporcionados pelo CELE. O PQ obriga Estados que, entre outras obrigações, se comprometem a manter um inventário nacional de emissões e um registo nacional de licenças de emissão. Estes dois instrumentos permitem a verificação dos compromissos nacionais perante o protocolo e disponibilizam a possibilidade de recorrer aos mecanismos flexíveis de desenvolvimento limpo.

Os registos nacionais de estados membros da EU têm assim um papel múltiplo de servir o Estado, os operadores das instalações abrangidas pelo CELE e, ainda, as entidades que desejem participar no comércio de emissões. A Directiva *Linking* (2004/101/CE) altera a Directiva 2003/87/CE e estabelece o necessário quadro de relações entre o regime global definido pela CQNUAC, PQ e decisões das sucessivas COP's, e o regime regulado pelas directivas europeias.

O ano de 2008 constitui um ano de transição, durante o qual os registos dos Estados Membros da UE terão de estabelecer a sua ligação ao International Transaction Log (ITL) e de oferecer um conjunto mais alargado de funcionalidades exigidas pelas regras do PQ.



A ligação ao novo regime de comércio, decorrente do PQ, exige um novo software que responda aos requisitos do novo ambiente de registo e de mercado. Foram avaliadas diferentes alternativas de software tendo a decisão recaído sobre o Community Registry (CR), que substitui o software SERINGAS.

Este Manual de Utilizador do Registo Português de Licenças de Emissão (RPLE) descreve as funcionalidades do software CR no quadro da operação do RPLE. Com o intuito de apoiar os utilizadores e de enquadrar as operações suportadas pelo registo, o documento sintetiza também os conceitos e os mecanismos do comércio de licenças de emissão, não sendo, no entanto, seu propósito substituir-se à legislação e a outros textos que abordam esta matéria de forma mais aprofundada. Trata-se de um documento dinâmico que será aperfeiçoado e aprofundado com frequência.



## 2 O papel dos registos

O sistema de Registos Nacionais de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE) assegura o controlo rigoroso da emissão, posse, transferência, aquisição ou cancelamento de licenças de emissão de GEE e verifica o cumprimento das obrigações dos operadores de uma instalação perante o seu Estado e dos Estados perante os seus compromissos internacionais no âmbito da CQNUAC e do PQ.

Os registos nacionais emitem licenças em número igual ao estabelecido pelos compromissos internacionais do país, depositando-as numa conta de depósito nacional detidas pelo Estado. O Estado tem a liberdade de distribuir ou transaccionar essas licenças e de adquirir licenças a outros intervenientes no comércio de emissões. Todas estas operações são controladas pelo sistema de registos que, em conjunto, asseguram que não há licenças emitidas fora do âmbito dos protocolos internacionais e que a propriedade de cada licença é permanentemente conhecida. Os registos nacionais são também os instrumentos através dos quais os Estados provam o seu cumprimento das metas de emissão de gases com efeito de estufa estabelecidas no PQ.

No caso dos Estados-Membros da EU, parte das licenças emitidas pelos registos são atribuídas aos operadores das instalações abrangidas pelo comércio europeu de licenças de emissão (CELE). Os operadores têm a liberdade de transaccionar essas licenças ou de adquirir licenças adicionais, estando obrigados a devolver um número de licenças igual ao volume de GEE emitido pela sua instalação. Os registos controlam estas transacções e o cumprimento das obrigações dos operadores.

Entre as operações que os registos controlam incluem-se as transacções realizadas entre detentores de licenças, sejam eles Estados, operadores ou *traders*, e que estão associadas a contrapartidas financeiras. É, no entanto, importante realçar que os registos nacionais não são plataformas de mercado, no sentido em que não é seu propósito proporcionar o encontro entre compradores e vendedores de licenças de emissão, nem sua função facilitar o acordo sobre o preço da transacção. Estas fases de uma transacção são completamente alheias aos registos que apenas intervêm neste processo num momento posterior a este acordo financeiro, aquando da transferência de posse do conjunto de licenças negociadas.

O controlo proporcionado pelos registos nacionais é realizado de forma automatizada por um *software* suportado por uma base de dados. A esmagadora maioria das operações realizadas num Registo Nacional são coordenadas, verificadas e aprovadas por um registo central, que também assegura a comunicação entre registos nacionais,

no caso das transacções internacionais, e procede a operações de reconciliação e consolidação de dados.

Durante o primeiro período de compromisso (2005- 2007) o papel de registo central foi desempenhado pelo registo Europeu (CITL - *Community Independent Transaction Log*), gerido pela Comissão Europeia, mas a partir de meados de 2008 as tarefas de coordenação e controlo da operação dos registos serão partilhadas com o ITL (*International Transaction Log*), gerido pelo secretariado da CQNUAC.

A Figura 1 mostra o esquema de comunicações entre os registos nacionais, europeu e os registos centrais para os dois períodos de compromisso. O acordo entre a CQNUAC e a CE para o período 2008-2012 estabelece que os Registos Europeus estarão ligados ao ITL, à semelhança do que acontece com os restantes países signatários do Protocolo de Quioto, e que o CITL funcionará na retaguarda do ITL recebendo informação deste. O CITL é considerado pelo ITL como um STL (*Supplementary Transaction Log*).

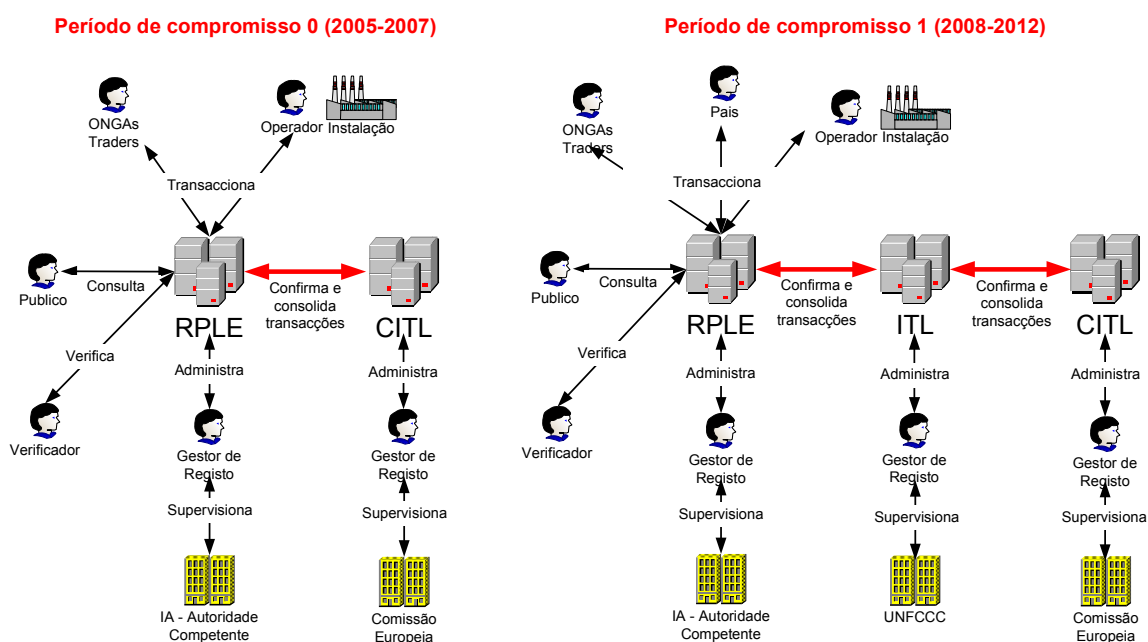


Figura 1 - Comunicação entre o registo nacional e os registos centrais

Para além dos registos nacionais e dos registos centrais, existe ainda o registo CDM (*Clean Development Mechanism*) que tem o direito de emitir CERs (*Certified Emission Reduction units*), de acordo com um conjunto de regras estabelecidas no âmbito do PQ e de decisões sucessivas das COP/MOPs.





## 3 Conceitos base

### 3.1 Registos, contas e unidades

#### 3.1.1 Sistema de registos

No CPO (*Commitment Period 0*: 2005-2007) estiveram operacionais os seguintes registos:

- *Community International Transaction Log* (CITL) que verifica e assegura a consistência do Comércio Europeu de Licenças de Emissão, baseado no sistema de registos nacionais dos Estados-Membros da União Europeia;
- Registos nacionais dos Estados Membros da União Europeia que têm o direito de emitir EUA (*European Unit Allowances*) de acordo com o respectivo Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) aprovado pela CE;
- Registo CDM (*Clean Development Mechanism*) que tem o direito de emitir CERs (*Certified Emission Reduction units*) de acordo com um conjunto de regras estabelecidas no âmbito do Protocolo de Quioto e de decisões sucessivas das Conferências das Partes (COPs) à Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas. No entanto, a ligação deste registo aos registos europeus vai ocorrer, apenas, no início do CP1.

À data da assinatura do Protocolo de Quioto a União Europeia incluía 15 membros, todos desenvolvidos e signatários do protocolo. A expansão da União Europeia para 27 membros veio abranger estados com economias em transição (Letónia, Lituânia, Estónia, Hungria, República Checa, Polónia, Eslováquia, Eslovénia, Roménia e Bulgária) e países que não possuíam compromissos de emissões por não pertencerem ao Anexo I do protocolo (Chipre e Malta). Uma parte destes países aderiu ao CELE durante o CP0 e outros aguardaram pelo início do CP1.

No CP1 (*Commitment Period 1*: 2008-2012) juntar-se-ão a este conjunto os seguintes registos:

- *International Transaction Log* (ITL) que verifica e assegura a consistência do Comércio de Licenças de Emissão, baseado no sistema de registos nacionais e do registo CDM;
- Registos dos países, não europeus, signatários do Protocolo de Quioto e incluídos no Anexo I deste protocolo (Japão, Nova Zelândia, Canadá e Noruega);



- Registos dos mais recentes estados da União Europeia que assinaram o Protocolo de Quioto (Bulgária e Roménia);
- Registos de novos estados membros da União Europeia que não estão incluídos no Anexo I do Protocolo de Quioto (Chipre e Malta).

### 3.1.2 Tipos de unidades

Durante o CP0 estavam disponíveis no mercado os seguintes tipos de unidades:

- **EUAs - *European Unit Allowances*** - Unidades atribuídas aos Estados-Membros da União Europeia que, por sua vez, as atribuem aos operadores de acordo com um Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) aprovado pela CE.
- **CERs - *Certified Emission Reduction units*** - Unidades emitidas pelo Registo CDM e resultantes de projectos desenvolvidos ao abrigo dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).
- **ERUs - *Emission Reduction Units*** - Unidades obtidas na sequência de um investimento num projecto de implementação conjunta (*Joint Implementation Project-JI*) realizado noutra parte incluída no Anexo I; estas unidades são emitidas pela parte que recebe o projecto e transferidas para a parte financiadora.

A partir de 2008 estão disponíveis os seguintes tipos de unidades:

- **AAUs - *Assigned amount units*** - Unidades atribuídas aos países do Anexo I do Protocolo de Quioto;
- **EUAs - *European Unit Allowances*** - Unidades resultantes de conversão de AAUs atribuídas aos Estados-Membros da União Europeia, e atribuídas aos operadores de acordo com um Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) aprovado pela CE;
- **CERs - *Certified Emission Reduction units*** - Unidades emitidas pelo Registo CDM e resultantes de projectos desenvolvidos ao abrigo dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- **ICERs - *long term Certified Emission Reduction units*** - Unidades emitidas pelo Registo CDM e resultantes de projectos LULUCF (*Land Use, Land Use Change and Forestry*) com um período de crédito longo e renovável e desenvolvidos ao abrigo dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL); a redução de emissões resultantes de projectos LULUCF é considerada temporária, pelo que estas unidades têm uma data de expiração associada;



- **tCERs - *temporary Certified Emission Reduction units*** - Unidades emitidas pelo Registo CDM e resultantes de projectos LULUCF com um período de crédito curto e não renovável e desenvolvidos ao abrigo do CDM; a redução de emissões resultantes de projectos LULUCF é considerada temporária, pelo que estas unidades têm uma data de expiração coincidente com o final do período de compromisso subsequente ao período em que foram emitidas;
- **ERUs - *Emission Reduction Units*** - Unidades obtidas na sequência de um investimento num projecto de implementação conjunta (*Joint Implementation Project-JI*) realizado noutra parte incluída no Anexo I; estas unidades são emitidas pela parte que recebe o projecto, por conversão de AAUs, e transferidas para a parte financiadora;
- **RMUs - *Removal units*** - Unidades resultantes de remoções líquidas associadas a actividades LULUCF, contabilizadas durante o processo anual de inventariação a nível nacional das emissões de gases com efeito de estufa; estas unidades são emitidas pela parte onde essas remoções líquidas ocorreram.

### 3.1.3 Codificação de unidades e blocos de unidades

Cada unidade de Quioto tem um código de identificação único em todo o sistema de registos que inclui o código do registo emissor, um código que identifica o tipo de unidade e um número identificador da unidade. O código do tipo da unidade é constituído por um Tipo de Unidade Inicial e um Tipo de Unidade Suplementar (Quadro 1).

Quadro 1 - Código de identificação de unidades

Tipo de unidade inicial	Tipo de unidade suplementar	Descrição
1	Não aplicável	AAUs
2		RMUs
3		ERUs convertidas de AAUs
4		ERUs convertidas de RMUs
5		CERs
6		tCERs
7		ICERs
1	1	Licenças emitidas para o período 2008-2012 e períodos subsequentes de 5 anos e convertidas de AAU
0	2	Licenças emitidas para o período 2005-2007
0	3	Licenças de força maior

A cada transacção está associado um ou mais blocos de unidades que totalizam o volume da transacção. Cada bloco de unidades é identificado pelo código da primeira unidade do bloco e pelo código da unidade final. O intervalo entre os identificadores é

igual ao número de unidades incluídas nesse bloco. Caso os identificadores sejam iguais, isso significa que o bloco tem apenas uma unidade.

### 3.1.4 Codificação de operações

As operações são codificadas de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 - Codificação de operações

01-00	Emissão de AAUs e RMUs
02-00	Conversão de AAUs e RMUs em ERUs
03-00	Transferência externa (do período 2008-2012 em diante)
04-00	Anulação (do período 2008-2012 em diante)
05 - 00	Retirada (do período 2008-2012 em diante)
06 - 00	Anulação e substituição de tCER e ICER
07-00	Reporte de unidades de Quioto e de licenças emitidas para o período 2008-2012 e para os períodos subsequentes de cinco anos
08 - 00	Alteração da data de expiração de tCER e ICER
10 - 00	Transferência interna
01 - 51	Emissão da licença de emissão (2005-2007)
10 - 52	Emissão da licença de emissão (do período de 2008-2012 em diante)
10 - 53	Atribuição das licenças de emissão
01 - 54	Emissão de uma licença de força maior
10 - 55	Correcção das licenças de emissão
03 - 21	Transferência externa (período de 2005-2007)
10 - 01	Anulação da licença de emissão (2005-2007)
10- 02	Devolução da licença de emissão
04 - 03	Retirada (2005-2007)
10 - 41	Anulação e substituição

### 3.1.5 Tipos de conta

No ETS (*Emissions Trading Scheme*) existem as seguintes grandes classes de contas:

- **Holding accounts / Contas de depósito:** contas destinadas a gerir unidades pertencentes aos intervenientes do ETS; existem contas de depósito da Parte, contas de depósito de operador e conta de depósito pessoal:
  - *National holding accounts* (NHA) / Conta nacional ou da Parte;
  - *Operator holding account* (OHA) / Conta de depósito de operador;
  - *Personal holding account* (PHA) / Conta de depósito pessoal.



- **Retirement account / Conta de retiradas:** destinada à recepção das unidades relativas ao cumprimento das obrigações da Directiva europeia 2003/87/CE, de 13 de Outubro (CP0) ou do artigo 3 do PQ;
- **Cancellation accounts / Contas de anulação:** incluem-se nesta classe de contas os seguintes tipos de conta:
  - *Voluntary cancellation account* / Conta de anulações voluntária;
  - *Mandatory cancellation account* / Conta de anulações obrigatória;
  - *Net source cancelation account* / Conta de anulações *net source*: destinada à recepção de unidades que a parte anula para compensar emissões positivas decorrentes de actividades de alteração do uso do solo (parágrafos 3 e 4 do artº 3 do PQ);
  - *Non-compliance cancellation account* Conta de anulações de não cumprimento: destinada à recepção de unidades que a parte anula na sequência do não cumprimento das suas obrigações do PQ.
- **Replacement accounts / Contas de substituição:** incluem-se nesta classe de contas os seguintes tipos de conta:
  - *tCER replacement account for expiry* / Conta de substituição de tCERs para expiração: transferência de unidades para substituição de tCER expirados;
  - *ICER replacement account for expiry* / Conta de substituição de ICERs para expiração: transferência de unidades para substituição de ICER expirados;
  - *ICER replacement account for reversal in storage* / Conta de substituição de ICERs para reversal of storage: transferência de unidades se uma ICER é sujeita a reversal in storage<sup>1</sup>;
  - *ICER replacement account for non-submission of certification report* / Conta de substituição ICER para a não submissão do relatório de certificação da substituição de ICER para o qual o relatório de certificação obrigatório não tenha sido submetido.

Utiliza-se a seguinte codificação para distinguir os diferentes tipos de conta:

---

<sup>1</sup> Quando um projecto de florestação ou reflorestação dentro do CDM é emissor em vez de sumidouro e já gerou ICER, é necessário substituir os ICER numa quantia igual à quantidade de *reversal of storage*.



- NHA: PTzzz-xxxx-y, em que zzz é o tipo de conta da Parte (100 - depósito, 300 - retiradas, 2zz - anulações, 4zz - substituição), xxxx é o número da conta e y é período de compromisso (0 para 2005-2007 e 1 para 2008-2012);
- OHA: PT120-xxxx-y, em que xxxx é o número da conta e y é o período de compromisso (0 para 2005-2007 e 1 para 2008-2012);
- PHA: PT121-xxxx-y, em que xxxx é o número da conta e y é o período de compromisso (0 para 2005-2007 e 1 para 2008-2012);

### 3.1.6 Principais contas da parte

Cada registo tem de ter **obrigatoriamente** as seguintes contas da Parte (entre parêntesis são indicados os códigos do tipo de conta):

- Conta de depósito (100);
- Conta de retiradas (300);
- Conta de anulações net source (210);
- Conta de anulações de não cumprimento (220);
- Conta de anulações voluntária (230);
- Conta de anulações obrigatória (250);
- Conta de substituição de tCERs para expiração (411);
- Conta de substituição de LCERs para expiração (421);
- Conta de substituição de LCERs para reversal in storage (422);
- Conta de substituição de LCERs para não submissão do relatório de certificação (423).

Para um operador são particularmente importantes as seguintes contas:

- Conta de depósito (PT100-2) - conta a partir da qual recebe a quantidade de EUAs definidas no quadro do PNALE;
- Conta de devoluções (PT100-3) - Conta para a qual tem de devolver o número de licenças equivalente às emissões verificadas na instalação sob sua gestão.

O Quadro 3 mostra a correspondência entre as contas existentes no SERINGAS e as novas contas do CR. Note-se que o CP1 tem contas adicionais de anulação e de substituição que não estão incluídas no quadro.





**Quadro 3 - Correspondência entre as contas da parte existentes no SERINGAS e as existentes no CR**

Conta	Seringas	CR
Depósito da Parte	100-2	100-2-0
Devolução	100-3	100-3-0
Retirada	300-6	300-6-0 300-xxxx-1
Anulação voluntária	230-5	230-5-0 230-xxxx-1

Os principais atributos das contas da Parte são os seguintes:

- Código;
- Tipo de conta;
- Período de compromisso (0, 1, ...);
- Dados sobre o detentor;
- Dados sobre o representante autorizado principal;
- Dados sobre o representante autorizado secundário.

### 3.1.7 Estado das contas

Existem três estados possíveis para uma conta:

- Aberto - acesso a todas as funcionalidades por parte dos representantes autorizados;
- Fechado - os utilizadores podem consultar os detalhes da conta, nomeadamente os representantes e os dados da instalação, e as operações iniciadas, não lhes sendo possível fazer transferências;
- Bloqueado - acesso à conta, mas impossibilidade de realizar operações.

## 3.2 Operadores, instalações e contas de depósito

### 3.2.1 Instalações

No RPLE as instalações são caracterizadas pelos seguintes dados:

- Identificador (código);
- Designação;
- Operador;



- Sector de actividade;
- N° de título;
- N° EPER (não obrigatório);
- Latitude e longitude;
- Morada;
- *Holding* (no caso do operador pertencer a um grupo).

### 3.2.2 Contas de depósito e detentores de conta

Todos os operadores de instalações abrangidas pelos critérios definidos pelo art 7º do Decreto-Lei nº 233/2004, de 14 de Dezembro, devem possuir um título de emissão, emitido pela APA, e possuir no Registo Português de Licenças de Emissão (RPLE) uma conta de depósito de operador (CDO), designada por *Operator Holding Account* em terminologia anglo-saxónica (OHA). A cada instalação corresponde uma e uma só CDO, pelo que o operador de várias instalações deve deter várias CDO. O operador de uma instalação e detentor de uma CDO é uma pessoa colectiva.

Qualquer pessoa individual ou colectiva que pretender participar no comércio de emissões pode deter uma ou mais contas de depósito pessoal (CDP), designadas por *Personal Holding Account* em terminologia anglo-saxónica (PHA).

As contas de depósito de operador são caracterizadas pelos seguintes dados:

- Código;
- Dados sobre o detentor;
- Dados sobre o representante autorizado principal;
- Dados sobre o representante autorizado secundário;
- Dados sobre o representante autorizado supletivo (não obrigatório);
- Dados sobre o verificador (não obrigatório);
- Dados sobre a instalação.

As contas de depósito pessoal são caracterizadas pelos seguintes dados:

- Código;
- Dados sobre o detentor;
- Dados sobre o representante autorizado principal;
- Dados sobre o representante autorizado supletivo.





### 3.2.3 Representantes do detentor de conta

Cada conta, independentemente do seu tipo, tem obrigatoriamente dois representantes autorizados para a sua gestão, designados por:

- Representante autorizado principal;
- Representante autorizado supletivo.

O detentor da conta pode ainda designar um terceiro representante, designado por representante autorizado adicional.

### 3.3 Perfis de utilizador

Estão definidos no RPLE os seguintes perfis de utilizadores:

- Administrador de registo / *Registry administrator* (RA);
- Representante autorizado principal / *Primary Authorised Representative* (PAR);
- Representante autorizado supletivo / *Secondary Authorised Representative* (SAR);
- Representante autorizado adicional / *Additional Authorised Representative* (AAR);

### 3.4 Novos conceitos para o CP1

#### 3.4.1 *Commitment Period Reserve* (CPR)

Cada Registo Nacional deve manter sempre depositado um número mínimo de unidades, designada por Reserva do Período de Compromisso (*Commitment Period Reserve*) (Dec.11/COP1, anexo, parágrafos 6 e 8). Este conceito determina que a soma de AAUs, RMUs, ERUs, CERs, existente em todas as contas do registo nacional deve ser superior ao mais baixo dos seguintes valores:

- 90% da quantidade total atribuída à Parte para o período do compromisso em curso;
- 100% do valor das emissões nacionais indicado pela Parte no seu mais recente inventário anual de emissões (multiplicado por 5, dado que o período de compromisso é de 5 anos).

Para assegurar a manutenção desta reserva, o registo deve verificar antes de cada transacção internacional de débito que o balanço global do registo após a sua realização é superior ao CPR, rejeitando-a caso tal não se verifique.



### 3.4.2 Limites associados às operações de devolução, retirada e carry-over

Em acréscimo às restrições impostas pela *Commitment Period Reserve* existe um outro conjunto de limites associados às operações de devolução, retirada e *carry-over*.

No que respeita à emissão de licenças:

- Os Estados-Membros podem autorizar os operadores a utilizarem CER provenientes das actividades de projecto no regime comunitário. Essa utilização será efectuada pelo Estado-Membro, que emitirá uma licença de emissão, que é imediatamente devolvida, em troca de uma CER. Os Estados-Membros devem cancelar as CER que os operadores tenham utilizado durante o período 2005-2007. (art 11ºA, nº 2 da Directiva 2004/101/CE).

No que respeita à devolução por parte dos operadores:

- Não é possível utilizar unidades provenientes de projectos LULUCF provenientes da utilização dos solos, reafecção dos solos e da silvicultura (art 59 alínea b) do Regulamento nº 2216/2004 e art 11ºA, nº 3 alínea b) da Directiva 2004/101/CE);
- A utilização de CERs e ERUs é autorizada até uma percentagem do nível atribuído a cada instalação, a especificar por cada Estado-Membro no respectivo PNALE (art 11ºA, nº 1 da Directiva 2004/101/CE).

No que respeita à retirada pela Parte:

- A retirada de tCERs, ICERs e CERs só é permitida quando a Parte cumprir todos os critérios de elegibilidade para participar nos mecanismos (Decisão 3/CMP.1, anexo, parágrafo 33; Decisão 5/CMP.1, anexo, parágrafo 14);
- Não é possível utilizar tCERs e ICERs num volume superior a mais de 1% da quantidade inicialmente atribuída (Decisão 16/CMP.1, anexo, parágrafo 14);
- Os Estados-Membros deverão abster-se de utilizar as CERs e ERUs geradas por instalações nucleares (art 11ºA, nº 3, alínea a) da Directiva 2004/101/CE);
- Os Estados-Membros deverão abster-se de utilizar as CERs e ERUs geradas por projectos de produção de energia hidroeléctrica com uma capacidade geradora superior a 20 MW, que não respeitaram critérios e orientações internacionais relevantes, como os constantes dos relatórios da Comissão Nacional de Barragens (art 11ºB, nº 6 da Directiva 2004/101/CE).

No que respeita ao *carry-over*:

- Só é possível proceder ao *carry-over* de unidades e licenças emitidas para o período 2008-2012 e períodos subsequentes de 5 anos (anexo VII do



Regulamento nº 2216/2004); as unidades do período 2005-2007 não poderão ser objecto de *carry-over*;

- Não é possível transferir para o CP seguinte um valor de CERs superior a 2,5% da quantidade inicialmente atribuída (Decisão 13/CMP 1, anexo, parágrafo 15);
- Não é possível transferir para o CP seguinte um valor de ERUs superior a 2,5% da quantidade inicialmente atribuída (Decisão 13/CMP 1, anexo, parágrafo 15);
- Não é possível transferir para o CP seguinte um valor total de CERs e ERUs superior a 5% da quantidade inicialmente atribuída (Decisão 13/CMP 1, anexo, parágrafo 15);
- Não é possível transferir para o CP seguinte unidades provenientes de projectos LULUCF, designadamente tCERs, ICERs, RMUs e certo tipo de ERUs (Decisão 13/CMP 1, anexo, parágrafo 16).

### 3.4.3 Notificação

Designa-se por notificação uma instrução formal oriunda do ITL que um Registo Nacional tem de executar num prazo máximo de 30 dias, devendo o ITL ser informado da execução dessa operação para posterior verificação.

As notificações podem ocorrer nos seguintes casos:

- **Anulações *net source* (tipo 1):** Quando se verifica que a actividade LULUCF da Parte resultou em emissões líquidas, o ITL notifica a Parte da quantidade de unidades do registo que é preciso anular, através de uma transferência para uma conta de anulações *net source*;
- **Anulações de não cumprimento (tipo 2):** Quando a Parte estiver em não cumprimento com o artº 3, parágrafo 1, referente à obrigatoriedade de assegurar que as suas emissões de dióxido de carbono equivalente não excedem a sua quantidade atribuída, o ITL notifica-a da quantidade de unidades válidas para o período de compromisso subsequente que é necessário anular, através de uma transferência para uma conta de anulações de não compromisso;
- **Expiração de tCER e ICER (tipo 3):** Nos 30 dias anteriores à data de expiração de um bloco de ICERs e tCERs, o ITL notifica o registo nacional que estas estão a expirar e devem ser substituídas antes da sua data de expiração.
- ***Reversal of storage* para projectos CDM (tipo 4):** Caso se verifique um *reversal of storage* de um projecto CDM, o ITL suspenderá temporariamente as operações de todas as unidades CERs geradas pelo projecto (excepto nas



contas de anulação ou de substituição). O ITL calcula a quantidade de unidades a substituir e notifica cada registo da obrigatoriedade de substituição desta quantidade de ICERs.

- **Não submissão do relatório de certificação para projectos CDM (tipo 5):** Se os participantes num projecto CDM não submeterem o relatório de certificação do projecto, o ITL tornará as unidades ICERs geradas pelo projecto não transaccionáveis, notificando cada registo de que estas unidades devem ser substituídas ou anuladas.
- **Notificações de excesso de emissões para projectos CDM (tipo 6):** Caso seja necessário transferir unidades para uma conta de anulações resultantes da emissão em excesso de CERs, tCERs ou ICERs emitidas por um projecto CDM, o ITL notifica o registo da anulação de unidades, que deve ser feita para a conta de anulações de excesso de emissões.
- **Violação da reserva do período de compromisso (tipo 7):** Caso o número total de unidades detidas num registo nacional seja inferior à reserva do período de compromisso, devido à anulação ou substituição de unidades ou a um aumento no nível da reserva, o ITL notifica o registo para aumentar o nível de unidades detidas. O registo tem assim de adquirir unidades de outros registos em quantidade suficiente para cumprir as suas obrigações.
- **Carry-over de unidades (tipo 8):** No final do período *true-up*, as Partes podem iniciar o *carry-over* de unidades para períodos subsequentes (artº 8 do PQ). O ITL só aprova o *carry-over* de unidades se o registo tiver levado a cabo todas as operações para o período de compromisso, incluindo a retirada de unidades, anulações, substituição e correcções aplicadas. O ITL notifica cada registo das unidades que podem ser objecto de *carry-over*. O registo realiza as operações de *carry-over*, até aos limites especificados nas notificações, e anula todas as unidades constantes das notificações que não são objecto de *carry-over*.
- **Notificação de mudança da data de expiração de ICER (tipo 9):** O período de crédito de um projecto CDM pode sofrer alterações, sendo enviada uma notificação para alterar a data de expiração destas unidades.
- **Actualização de uma notificação de não submissão do relatório de certificação para projectos CDM (tipo 10):** O ITL ainda não recebeu o relatório de certificação ou o total de unidades não foi ainda substituído, pelo que os ICERs que ainda não foram substituídos têm de o ser.

## 4 Funções disponíveis aos operadores

### 4.1 Interface do operador

A Figura 2 mostra a interface do utilizador.

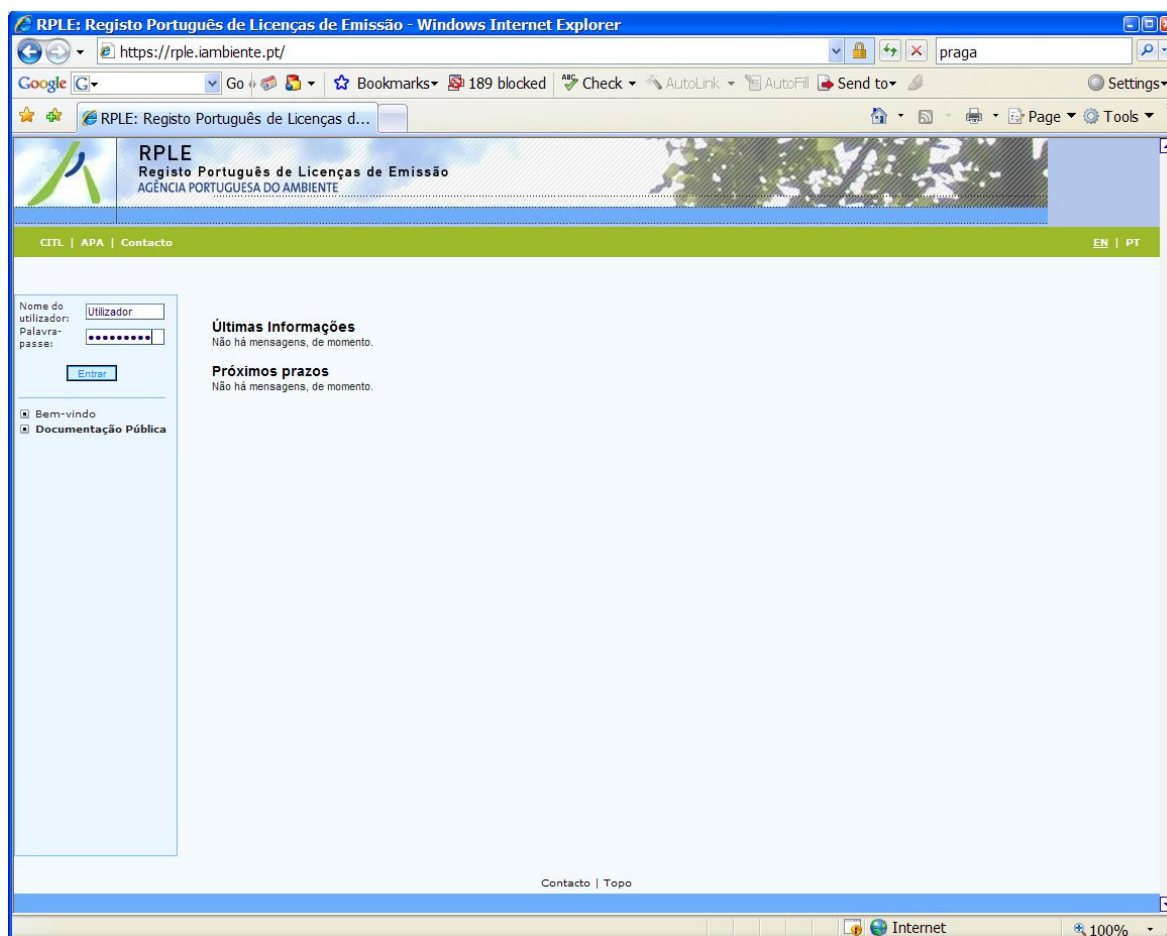


Figura 2 - Interface do utilizador.

### 4.2 Funções gerais

#### 4.2.1 Logout

O utilizador pode terminar a sua sessão carregando em Sair (Figura 3).

#### 4.2.2 Alteração da palavra-passe

A alteração da palavra-passe faz-se carregando em Alterar palavra-passe.



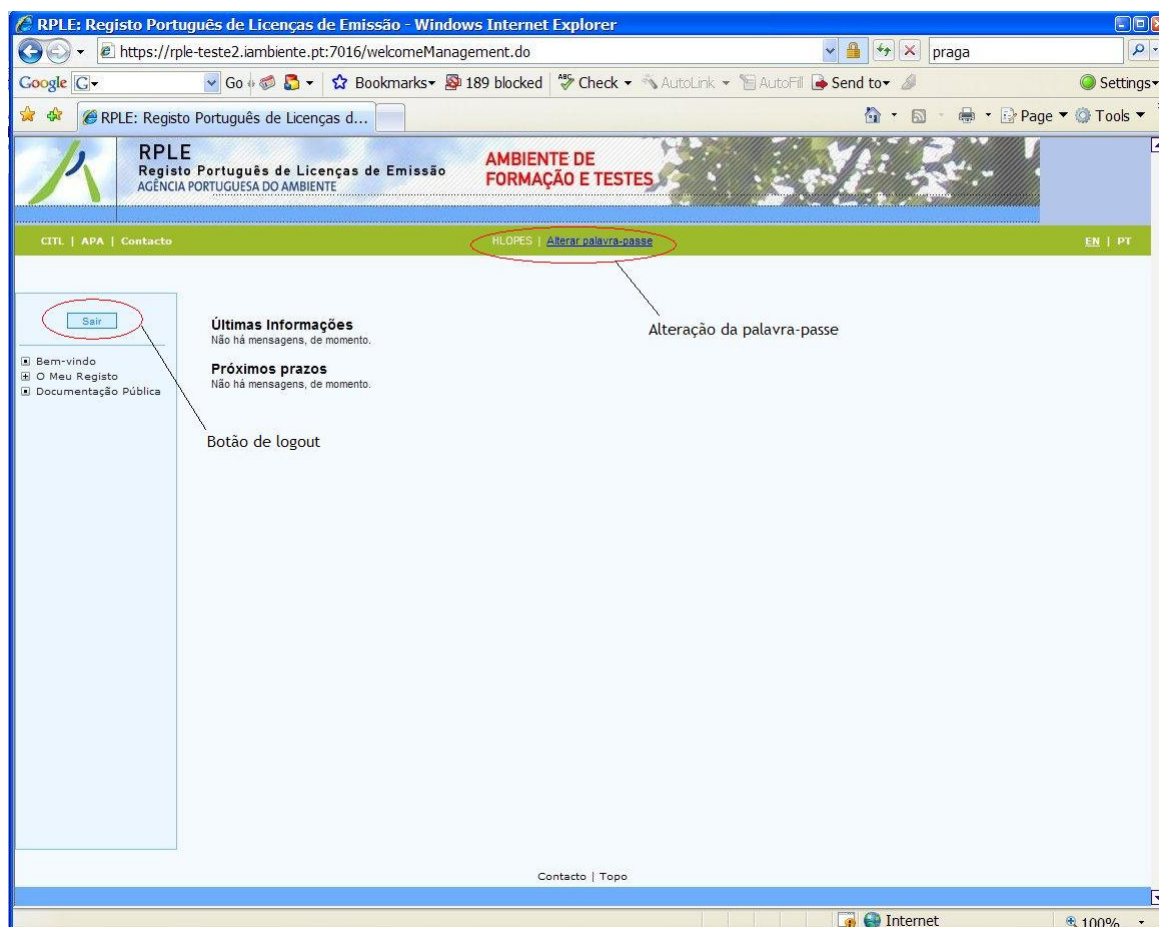


Figura 3 - Logout e Alteração da palavra-passe

O utilizador tem de introduzir a sua palavra-passe actual, a nova palavra-passe e confirmar a nova palavra-passe, conforme mostra a Figura 4.

Alterar a Palavra-passe	
Palavra-passe actual:	<input style="width: 100%;" type="password"/>
Nova palavra-passe:	<input style="width: 100%;" type="password"/>
Confirmar nova palavra-passe:	<input style="width: 100%;" type="password"/>
<input style="background-color: #4F81BD; color: white; padding: 5px 20px;" type="button" value="Alterar Palavra-passe"/>	

Figura 4 - Formulário de alteração da palavra-passe

#### 4.2.3 Consulta do saldo

A consulta do saldo da conta faz-se do seguinte modo:

- O meu registo -> As minhas contas;
- Na coluna de Opções, seleccionar Transferir.



O resultado é um quadro com o tipo de unidades, o balanço e a data de expiração (Figura 5).

**Conta - Critérios de Pesquisa**

Tipo de conta:   
Número de início da conta:   
Número de término da conta:   
Identificação da conta:

Estado da conta:   
Número de início da instalação:   
Número de término da instalação:   
Títular da conta:

Um item encontrado.

**Lista de Contas**

Nº da conta	Identificação da conta	Tipo de conta	Títular da conta	Número da instalação	Opções
PZ-120-11006-0	6583573	120-Conta de depósito do operador	Cerâmica	2	<a href="#">Detalhes</a> <a href="#">Transferir</a> <a href="#">Operações iniciadas</a> <a href="#">Atualizar</a> <a href="#">Adicionar/Remover Pessoas</a> <a href="#">Substituir Pessoas</a> <a href="#">Fecho de conta</a> <a href="#">Submeter EV</a>

Opções de exportação: ☐ CSV ☒ Excel ☐ XML

**Contas de transferência**

Número da conta:   
Período de compromisso actual:

Identificador alfanumérico:   
Período aplicável:

2 itens encontrados, mostrando todos os itens.

**Balanco da Conta**

Tipo de unidade	PC aplicável	Balanco	Data de Expiração	Opções
1-1-Licença emitida para o período 2008-2012 e períodos de 5 anos subsequentes	2	14500		<a href="#">Transferência Interna</a> <a href="#">Transferência Externa</a> <a href="#">Devolução de Licenças</a> <a href="#">Anulação</a>
0-2-Licença emitida para o período 2005-2007	0	2000		<a href="#">Transferência Interna</a> <a href="#">Transferência Externa</a> <a href="#">Anulação de Licenças</a> <a href="#">Devolução de Licenças</a>

Opções de exportação: ☐ CSV ☒ Excel ☐ XML

Figura 5 - Formulários de Transferência de unidades

#### 4.2.4 Consulta de operações realizadas

Para consultar as operações realizadas, o operador deve:

- Aceder ao menu O meu registo -> As minhas operações;
- Em opções, consultar os Blocos, que têm informação sobre a quantidade de unidades de cada bloco.
- Quando o estado da operação é 4-Completo significa que a transacção foi aprovada pelo CITL. Uma transacção com o estado 5-Terminada significa que a transacção foi rejeitada, podendo consultar-se a razão de rejeição em Resposta.

Operação - Critérios de Pesquisa

Identificação da operação:   
 Da data de início da operação:   
 Tipo de operação:   
 Registo de origem:   
 Tipo de conta de origem:   
 Número da conta de origem:   
 Identificação da notificação:

Estado da operação:   
 Para data da operação:   
 Registo de destino:   
 Tipo de conta de destino:   
 Número da conta de destino:

Operação - Resultados da pesquisa

43 itens encontrados, mostrando de 11 a 20.  
[Primeiro/Anterior](#) 1, 2, 3, 4, 5 [Seguinte/Último](#)

Número da operação	Data da operação	Tipo de operação	Registo da origem	Tipo de conta de origem	Número de conta de origem	Registo de destino	Tipo de conta de destino	Número da conta de destino	Estado da operação	Opções
PZ6775	Qua, 30 Jan 2008 11:15:12	03-21	PZ	100	PZ-100-14470	DK	100	DK-100-201	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6769	Qui, 24 Jan 2008 12:05:35	03-21	PZ	100	PZ-100-14470	DK	100	DK-100-201	5-Terminado	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6773	Ter, 29 Jan 2008 10:53:22	03-21	PZ	100	PZ-100-14470	DK	100	DK-100-201	5-Terminado	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
DK505	Qui, 31 Jan 2008 12:01:53	03-21	DK	100	DK-100-201	PZ	100	PZ-100-14470	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
DK501	Qua, 30 Jan 2008 11:23:53	03-21	DK	100	DK-100-201	PZ	100	PZ-100-14470	5-Terminado	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6737	Ter, 8 Jan 2008 15:25:03	10-00	PZ	100	PZ-100-14470	PZ	121	PZ-121-14469	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6743	Qua, 9 Jan 2008 11:53:23	10-00	PZ	100	PZ-100-14470	PZ	121	PZ-121-14471	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6744	Qui, 10 Jan 2008 16:08:37	10-00	PZ	100	PZ-100-14470	PZ	121	PZ-121-14471	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6738	Ter, 8 Jan 2008 16:38:16	10-00	PZ	100	PZ-100-14470	PZ	120	PZ-120-14472	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6745	Qui, 10 Jan 2008 16:08:57	10-00	PZ	100	PZ-100-14470	PZ	120	PZ-120-14472	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>

Opções de exportação: ☒ CSV | ☒ Excel | ☒ XML

Figura 6 - Registo das operações realizadas

#### 4.2.5 Recibo da Operação

O RPLE fornece o recibo de uma operação. Carregando no número da operação (Figura 7), abre-se um documento em formato pdf com o número da operação, data de realização, contas de origem e destino e estado da operação.

Número da operação	Data da operação	Tipo de operação	Registo da origem	Tipo de conta de origem	Número de conta de origem	Registo de destino	Tipo de conta de destino	Número da conta de destino	Estado da operação	Opções
PZ6786	Qui, 10 Jan 2008 16:55:08	10-00	PZ	100	PZ-100-14470	PZ	121	PZ-121-14487	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6777	Seg, 11 Feb 2008 10:12:25	10-00	PZ	100	PZ-100-14470	PZ	121	PZ-121-14500	1-Proposto	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6756	Qui, 10 Jan 2008 16:40:09	10-00	PZ	121	PZ-121-14471	PZ	121	PZ-121-14483	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6740	Ter, 8 Jan 2008 16:44:31	10-00	PZ	120	PZ-120-14472	PZ	121	PZ-121-14469	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6757	Qui, 10 Jan 2008 16:40:33	10-00	PZ	120	PZ-120-14472	PZ	121	PZ-121-14483	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6758	Qui, 10 Jan 2008 16:40:50	10-00	PZ	121	PZ-121-14474	PZ	121	PZ-121-14483	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6759	Qui, 10 Jan 2008 16:41:04	10-00	PZ	121	PZ-121-14475	PZ	121	PZ-121-14483	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6760	Qui, 10 Jan 2008 16:41:20	10-00	PZ	121	PZ-121-14476	PZ	121	PZ-121-14483	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6761	Qui, 10 Jan 2008 16:41:40	10-00	PZ	121	PZ-121-14480	PZ	121	PZ-121-14483	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>
PZ6762	Qui, 10 Jan 2008 16:42:13	10-00	PZ	121	PZ-121-14481	PZ	121	PZ-121-14483	4-Completo	<a href="#">Blocos</a>   <a href="#">Histórico</a>   <a href="#">Resposta</a>

Opções de exportação: ☒ CSV | ☒ Excel | ☒ XML

Figura 7 - Link para o recibo da transacção.

#### 4.2.6 Transferências

Para realizar operações de transferência de unidades, o utilizador deve:

- Aceder ao menu O meu registo -> As minhas contas;
- Carregar em Pesquisar;
- Na coluna de Opções, escolher Transferir;





- Escolher o tipo de transferência (interna para contas do RPLE; externa para contas de outros registos);
- Introduzir dados da transferência (conta de destino, quantidade a transferir e, para o caso de transferências internas, registo da conta e tipo de conta de destino).

**Contas de transferência**

Número da conta:  Identificador alfanumérico:   
Período de compromisso actual:  Período aplicável:

2 itens encontrados, mostrando todos os itens.

**Balanco da Conta**

Tipo de unidade	PC aplicável	Balanco	Data de Expiração	Opções
1-1-Licença emitida para o período 2008-2012 e períodos de 5 anos subsequentes	2	14500		<a href="#">Transferência Interna</a>   <a href="#">Transferência Externa</a>   <a href="#">Devolução de Licenças</a>   <a href="#">Anulação</a>
0-2-Licença emitida para o período 2005-2007	0	2000		<a href="#">Transferência Interna</a>   <a href="#">Transferência Externa</a>   <a href="#">Anulação de Licenças</a>   <a href="#">Devolução de Licenças</a>

Opções de exportação: ☐ CSV ☒ Excel ☐ XML

**Informação da conta**

Transferindo número da conta:  Identificador alfanumérico:   
Registo da conta de destino:  Número da conta de destino:

**Unidades de transferência**

Tipo/ Subtipo de operação:   
Tipo de unidade:   
Balanco:  Quantidade a transferir:

Figura 8 - Exemplo de uma transferência interna

#### 4.2.7 Registo de emissões verificadas

Todos os anos, até dia 28 de Fevereiro, os operadores são obrigados a enviar à Autoridade Competente o relatório de emissões verificadas no ano anterior, devendo registar no RPLE o valor das emissões. O relatório e valor registado devem ser verificado por um verificador seleccionado pelo operador e credenciado junto da APA.

O processo de registo das emissões verificadas inicia-se com a submissão das emissões verificadas por parte do operador:

- Aceder ao menu O meu registo -> As minhas contas;
- Carregar em pesquisar;
- Seleccionar da coluna de Opções, Submeter VE;
- Introduzir as emissões verificadas para o ano em questão.

**Conta - Critérios de Pesquisa**

Tipo de conta:   
 Número de início da conta:   
 Número de término da conta:   
 Identificação da conta:

Estado da conta:   
 Número de início da instalação:   
 Número de término da instalação:   
 Titular da conta:

Um item encontrado.

Nº da conta	Identificação da conta	Tipo de conta	Titular da conta	Número da instalação	Opções
PZ-120-11006-0	6583573	120-Conta de depósito do operador	Cerâmica	2	<a href="#">Detalhes</a>   <a href="#">Transferir</a>   <a href="#">Operações iniciadas</a>   <a href="#">Atualizar</a>   <a href="#">Adicionar/Remover Pessoas</a>   <a href="#">Substituir Pessoas</a>   <a href="#">Fecho de conta</a>   <a href="#">Submeter EV</a>

Opções de exportação: ☒ CSV ☒ Excel ☒ XML

Identificador: 2  
Título: P2  
Identificação EPER:

Período de compromisso:

Ano	Emissões verificadas	Aprovado?
2005	888	Sim
2006	<input type="text"/>	<input type="text"/>
2007	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Figura 9 - Formulários de registo de emissões verificadas

#### 4.2.8 Devolução

A devolução de licenças deve ser realizada pelo operador até ao dia 30 de Abril de cada ano. Para tal um representante do operador deve:

- Aceder ao menu O meu registo -> As minhas contas;
- Seleccionar na coluna de Opções, Transferir e depois Devolver Licenças;
- Escolher o ano e a quantidade a transferir. Em princípio, a conta de destino é a conta de devoluções da Parte.

**Contas de transferência**

Número da conta:   
 Período de compromisso actual:

Identificador alfanumérico:   
 Período aplicável:

2 itens encontrados, mostrando todos os itens.

Tipo de unidade	PC aplicável	Balanco	Data de Expiração	Opções
1-1-Licença emitida para o período 2008-2012 e períodos de 5 anos subsequentes	2	14500		<a href="#">Transferência Interna</a>   <a href="#">Transferência Externa</a>   <a href="#">Devolução de Licenças</a>   <a href="#">Anulação</a>
0-2-Licença emitida para o período 2005-2007	0	2000		<a href="#">Transferência Interna</a>   <a href="#">Transferência Externa</a>   <a href="#">Anulação de Licenças</a>   <a href="#">Devolução de Licenças</a>

Opções de exportação: ☒ CSV ☒ Excel ☒ XML

**Informação da conta**

Transferindo número da conta:   
 Registo da conta de destino:

Identificador alfanumérico:   
 Número da conta de destino:  \*  
 Devolvido por ano:  \*

**Unidades de transferência**

Tipo/ Subtipo de operação:   
 Tipo de unidade:

Balanco:   
 Quantidade a transferir:

Figura 10 - Formulários de devolução de unidades



#### 4.2.9 Anulação voluntária

O operador pode anular voluntariamente um conjunto de licenças, inutilizando-as para qualquer outro uso. Para tal um representante do operador deve:

- Aceder ao menu O meu registo -> As minhas contas;
- Seleccionar na coluna de Opções, Transferir e depois Anulação;
- Escolher a conta de destino (conta de anulações voluntária) e a quantidade a anular.

Contas de transferência

Número da conta:  
PZ-11006

Identificador alfanumérico:  
6583573

Período de compromisso actual:  
0

Período aplicável:  
All

Pesquisar

Limpar

2 itens encontrados, mostrando todos os itens.

1

Balanco da Conta

Tipo de unidade	PC aplicável	Balanco	Data de Expiração	Opções
1-1-Licença emitida para o período 2008-2012 e períodos de 5 anos subsequentes	2	14500		<a href="#">Transferência Interna</a>   <a href="#">Transferência Externa</a>   <a href="#">Devolução de Licenças</a>   <a href="#">Anulação</a>
0-2-Licença emitida para o período 2005-2007	0	2000		<a href="#">Transferência Interna</a>   <a href="#">Transferência Externa</a>   <a href="#">Anulação de Licenças</a>   <a href="#">Devolução de Licenças</a>

Opções de exportação: [CSV](#) | [Excel](#) | [XML](#)

Informação da conta

Transferindo número da conta:  
PZ-11006

Identificador alfanumérico:  
6583573

Registo da conta de destino:  
All

Número da conta de destino:  
PZ-230-11002-0 \*

Unidades de transferência

Tipo/ Subtipo de operação:  
10-01-Allowance cancellation (2005-2007)

Tipo de unidade:  
0-2-Allowance issued for the 2005-2007 period

Balanco:  
2000

Quantidade a transferir:

Limpar

Enviar

Voltar

### 4.3 Funções específicas do primeiro período de cumprimento (2008-2012)

Os privilégios dos operadores não se alteram no CP1.

Acrescenta-se a possibilidade de recepção de notificações enviadas pelo ITL. Tipicamente as notificações estão associadas a unidades do registo CDM (CER, tCER e ICER).

O preenchimento da notificação varia consoante o tipo, devendo informar-se o administrador do registo da sua recepção e do seu tipo.

#### 4.3.1 Notificações tipo 1 (Anulação *net source*)

A consulta da notificação é feita em O meu registo -> As minha notificações.

Quando o ITL envia esta notificação, o operador carrega em Completar (Fulfill) e segue as indicações (preenche a conta que transfere as unidades, quantidade e tipo de



unidades). A consulta detalhada da descrição da notificação faz-se em Detalhes da notificação.

#### **4.3.2 Notificações tipo 2 (Anulação de não cumprimento)**

A consulta da notificação é feita em O meu registo -> As minha notificações.

O preenchimento da notificação do tipo 2 é feito da mesma forma que o da notificação tipo 1.

#### **4.3.3 Notificações tipo 4 (reversal of storage)**

A consulta da notificação é feita em O meu registo -> As minha notificações.

O preenchimento da notificação do tipo 4 é feito da mesma forma que o da notificação tipo 1.

#### **4.3.4 Notificações tipo 5 (não submissão do relatório de certificação para projectos CDM)**

A consulta da notificação é feita em O meu registo -> As minha notificações.

O preenchimento da notificação do tipo 5 é feito da mesma forma que o da notificação tipo 1.

#### **4.3.5 Notificações tipo 6 (excesso de emissões)**

Carregar em Completar (Fulfill). Para saber o número da conta CDM para a qual deve ser feita a transferência, deve ser contactado o registo CDM. Este número é colocado na identificação da conta.

#### **4.3.6 Notificações tipo 10 (actualização da notificação tipo 5)**

O Registo recebe uma mensagem dizendo que o total de unidades constante do relatório de certificação para projectos CDM ainda não foi substituído, sendo necessário substituí-lo.

O operador tem de terminar o preenchimento da notificação tipo 5.



## 5 Funções disponíveis aos detentores de contas de depósito pessoal

Os representantes dos detentores de contas de depósito pessoal têm os mesmos privilégios que os representantes dos operadores, com excepção dos decorrentes das obrigações destes últimos, designadamente o registo das emissões verificadas e a realização de operações de devolução. A forma de interacção com o registo é idêntica pelo que se aplica o descrito no capítulo 4.



## 6 Síntese das datas chave

Até 28 de Fevereiro - Sob instrução da Autoridade Competente, o administrador do registo deve proceder à atribuição anual de licenças por instalação (art 16º, nº 6, DL nº 243-A/2004).

Até 31 de Março - Os operadores devem enviar à Autoridade Competente o relatório de emissões verificadas no ano anterior (art 22º, nº 3, DL nº 72/2006).

Após 31 de Março - A Autoridade Competente deve notificar os operadores cujo relatório de emissões da instalação não tenha sido considerado satisfatório pelo verificador. Os operadores nessa situação serão proibidos de transferir licenças de emissão até que o relatório seja considerado satisfatório (art 23º, nº 3, DL nº 72/2006).

Até 30 de Abril - Os operadores devem devolver licenças de emissão em número suficiente para cobrir as emissões no ano anterior por parte dos operadores. Caso não o façam, ficam sujeitos ao pagamento de €100 por cada tonelada de dióxido de carbono equivalente emitida pela instalação relativamente à qual não devolveu licenças (art 25º, nº 1, DL nº 243-A/2004).

A partir de 1 de Maio - Sob instrução da Autoridade Competente, o administrador do registo deve anular as licenças de emissão caducadas que não tenham sido devolvidas e anuladas (art 18º, nº2, DL nº 243-A/2004).

A 30 de Junho - Sob instrução da Autoridade Competente, o administrador do registo deve anular as licenças devolvidas (art 59º, nº1, Regulamento nº 2216/2004).

Até 30 de Junho - A Autoridade Competente deve enviar o relatório sobre a aplicação do DL 243-A/2004, com informação sobre atribuição de licenças de emissão, funcionamento do registo de dados, verificação, entre outras, à Comissão (art 21º, nº1, Directiva 2003/87/CE).



## 7 Contactos

O URL do RPLE é <https://rple.iambiente.pt>.

As comunicações e notificações com origem na Equipa de Gestão são realizadas, regra geral, por email. É da responsabilidade dos utilizadores manter o seu email operacional e a base de dados do RPLE actualizada. Em casos excepcionais que envolvam um número restrito de utilizadores, estes podem ser contactados por telefone.

Os pedidos de apoio dos utilizadores do RPLE para esclarecimento de dúvidas sobre a aplicação ou para resolução de problemas técnicos devem ser encaminhados preferencialmente por email para [rple@echiron.com](mailto:rple@echiron.com), sendo também aceites comunicações por fax e por telefone. As questões de índole legal ou administrativa devem ser enviadas para [rpleadmin@iambiente.pt](mailto:rpleadmin@iambiente.pt), nomeadamente alteração dos representantes e de moradas dos representantes, fecho de conta.

Todos os emails enviados para os endereços acima referidos são guardados num repositório único, assim como as respostas que mereceram.

O Quadro 4 apresenta as formas de comunicação que os utilizadores do RPLE devem utilizar para contactar a Equipa de Gestão do RPLE. Pela sua importância e criticidade, certo tipo de operações exige cuidados especiais que visam garantir a autenticidade da autoria do pedido.

**Quadro 4 - Formas de comunicação com os utilizadores de conta**

Solicitação	Meio de comunicação
Pedidos de esclarecimento e de apoio	Preferencialmente por email.
Desbloqueamento de conta	Email.
Alteração de password	Email ou fax assinado; a nova password segue por correio
Alteração de contacto (telefone, fax ou email)	Fax assinado
Alteração de contacto (morada)	Pedido gerido pela APA (pressupõe envio de pedido de alteração assinado e cópia do BI)
Alteração de representante	Pedido gerido pela APA
Fecho da conta	Pedido gerido pela APA





Procedimento para alteração da morada de um representante:

- Preenchimento do Anexo II da minuta de Acordo no que se refere ao representante que pretende efectuar a alteração de morada, devidamente assinado por ele;
- Cópia actualizada do documento de identificação.

Esta informação pode ser enviada por fax (21 472 82 83), digitalizada e enviada por email ou enviada por carta para [rpleadmin@apambiente.pt](mailto:rpleadmin@apambiente.pt).





## 8 Anexo: Legislação

Documento original	Transposição	Objecto
Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC)	Decreto nº 20/93	Estabelece um quadro de referência para lidar com as alterações climáticas (redução de emissões de GEE)
Directiva 1993/289/EEC		Estabelece um mecanismo de monitorização de emissões de GEE.
Directiva 1996/61/EC	DL nº 194/2000	Estabelece um regime de prevenção e controlo integrado da poluição (IPPC)
Protocolo de Quioto, 1997 (entrada em vigor em 2005)	Decreto nº 7/2002	Torna operacional e dá suporte jurídico à Convenção Quadro, estabelecendo o regime de comércio de licenças de emissão de GEE
Decisão do Conselho 94/69/CE		Aprova a CQNUAC
Directiva 2002/358/CE	Aplicação Directa	Aprova o Protocolo de Quioto
Directiva 2003/87/CE	DL nº 233/2004 alterado pelo DL nº 243-A/2004	Cria um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa
Directiva 2004/101/CE (linking)	DL nº 72/2006	Altera a Directiva 2003/87/CE
Decisão 2004/156/CE		Estabelece metodologias de monitorização de gases de efeito de estufa
Decisão 2004/280/CE		Cria um mecanismo de vigilância das emissões comunitárias de gases com efeito de estufa
Decisão de 10 de Fevereiro de 2005		Estabelece as regras de aplicação da Decisão nº 280/2004/CE
Regulamento nº 2216/2004	Aplicação directa	Define o regulamento do sistema de registos normalizado e protegido
DL nº 71/2006		Cria o Fundo Português de Carbono
Regulamento nº 916/2007		Altera o Regulamento nº 2216/2004
Despacho conjunto nº 686-E/2005		Aprova o PNALE 2005-2007

